

AS CRIANÇAS E A RUA EM TEMPOS DE COVID-19: OS USOS DE DOIS PARQUES PÚBLICOS NA CIDADE DO PORTO NO PERÍODO PÓS-CONFINAMENTO

Júlia Rodrigues, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Lúgia Ferro, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Introdução

Sabemos que existe uma discussão em torno do estatuto de vulnerabilidade das crianças, questionando a diversidade de condições e situações socioeconómicas no âmago deste grande grupo que designamos por “crianças”. A verdade é que o discurso em torno do seu estatuto vulnerável tem contribuído mais para as afastar do exercício pleno dos seus direitos, incluindo do seu legítimo “direito à cidade” (Lefebvre, 1968), do que para as encarar enquanto protagonistas empoderadas no mundo. As crianças são capazes de agir e de pensar por si mesmas, aprendendo e ensinando sobre a sua experiência na cidade. Torna-se urgente conhecer como agem e pensam as crianças n(d) a cidade, de modo a incluí-las nos processos de organização do espaço urbano. Apesar de várias recomendações para as ouvir nas estratégias de planeamento urbano (O’Brien e Tranter, 2006), sabemos que essa realidade é uma miragem, havendo apenas a registar iniciativas pontuais que procuram colocar estas recomendações em prática.

O espaço e o meio ambiente territorial envolvente são cruciais no desenvolvimento das crianças. Vários estudos e especialistas têm vindo a alertar para o papel que a brincadeira ao ar livre tem no desenvolvimento motor, emocional, cognitivo e social das crianças (Sarmiento, 2018; Russel & Stenning, 2020; Neto, 2020).

Existem mudanças entre as práticas e as sociabilidades das gerações mais novas d(n)a cidade. Se anteriormente havia uma fruição mais livre do espaço público por parte das crianças, sabemos

que a disseminação dos discursos predatórios sobre a cidade tem levado muitos pais e cuidadores a limitarem as práticas dos mais novos na rua. Estes discursos baseiam-se numa “imagem da cidade predatória”, na qual estaria “continuamente em preparação um encontro entre algum agressor e alguma vítima” (Fernandes, 2003: 58). Os medos da rua têm pouco fundamento na realidade portuguesa. Por um lado, o país é classificado como um dos mais seguros do mundo em diferentes rankings. Por outro lado, o clima temperado convida naturalmente a uma maior fruição do espaço público. Contudo, sabemos que as crianças portuguesas são das que menos brincam fora de casa (Shaw et al, 2015), com uma tendência para o aumento do tempo que passam em espaço doméstico, muitas vezes a jogar videojogos, a ver televisão ou a navegar na internet.

O estudo dos usos do espaço público pelas crianças através de uma abordagem qualitativa para aprofundar os sentidos simbólicos envolvidos, impõe-se como um imperativo para construir uma cidade mais inclusiva. O projeto CRICITY veio dar resposta a esta necessidade e o presente capítulo tenta apontar pistas teórico-empíricas para explorar as muitas questões que o tema suscita, particularmente num contexto de pandemia derivada da COVID-19.

As crianças e os seus usos dos espaços públicos

Vivemos num mundo cada vez mais urbanizado, onde a concentração das populações em grandes aglomerados urbanos coloca diversos desafios. A pandemia veio evidenciar ainda mais as dificuldades colocadas pela concentração urbana. As cidades são cada vez mais pontuadas pela densidade habitacional, pela mobilidade intensa, pela poluição e pela falta de espaços verdes e livres de veículos automóveis. Nesta equação, as crianças têm sido um dos grupos sociais mais afetados. São conhecidas as restrições à sua mobilidade independente e ao uso do espaço público (Fhyri, 2011; Shaw, 2015). As crianças estão cada vez mais limitadas ao espaço doméstico, à escola e às instituições de apoio (Rasmussen, 2004; Sarmiento, 2018).

A brincadeira, e especialmente a brincadeira ao ar livre, tem sido salientada pelos especialistas como uma prática saudável na arte de crescer (Neto, 2020; Sarmiento, 2018; Russel & Stenning, 2020). Adicionalmente, a rua configura um espaço de aprendizagem social por excelência. Usar os espaços públicos para andar, passear e brincar implica o encontro com o *outro*, com o desconhecido. Lidar com o inesperado proporciona o desenvolvimento de um conjunto de competências sociais e emocionais determinantes no percurso das crianças. Os espaços públicos urbanos favorecem encontros e trocas centrais para a construção identitária dos indivíduos (Tonucci, 2009). A socialização com atores sociais de fora do seu círculo emocional habitual permite às crianças adquirir competências sociais de grande importância para o desenvolvimento da sua independência e para a sua construção enquanto cidadãos de pleno direito. Também as suas práticas desenvolvidas nos espaços da cidade simbolicamente mais significativos no seu quotidiano, revestem-se de grande importância para a compreensão holista do espaço e para a organização cognitiva e emocional do *seu* mapa urbano.

Os espaços públicos são vividos e contruídos de formas múltiplas e plurais. Se eles assumem um papel de relevo no crescimento e desenvolvimento das crianças, sabemos que os mais pequenos não têm todos as mesmas ferramentas e oportunidades para os explorar. A literatura reporta que, apesar de terem maior probabilidade de tirar partido das oportunidades existentes na cidade, as crianças das classes médias e da burguesia são crescentemente protegidas e sujeitas a processos de institucionalização que as colocam constantemente sob o jugo controlador dos adultos (Leverett, 2011, Sarmiento, 2018). Em contrapartida, as crianças provenientes de agregados familiares das classes populares usufruem dos espaços públicos de uma forma comparativamente mais livre do controlo parental (Karsten, 2005; Pinto & Bichara, 2017; Araújo, 2019). Se neste caso as crianças podem usufruir mais livremente na rua, sabemos que “as famílias das classes médias e altas desenvolvem outros estilos educativos onde a rua é controlada, posta à distância” (Rouilleau-Berger, 2004: 69).

Numa tendência crescente, pelo menos até ao surgimento da pandemia, algumas crianças e jovens envolvem-se em práticas de rua cada vez mais populares como o parkour, uma forma de viver a cidade como se se estivesse em pleno “jogo de crianças” (Mould, 2009: 747), numa busca constante de “novos e mais elaborados imaginários”, através de uma abertura para “possíveis, embora não necessariamente alcançáveis, mobilidades” (Saville, 2008: 892; Ferro, 2015). O gosto pela exploração da rua consolida-se nestas práticas, as quais continuam a ser cultivadas pelas crianças na sua juventude. A restrição das práticas das crianças na rua, retira-lhes o seu direito à cidade e limita o seu desenvolvimento enquanto indivíduos e adultos que serão. Se as restrições na rua são uma realidade para a generalidade das crianças, sabemos que as mesmas não se aplicam do mesmo modo e com a mesma intensidade a todas as crianças. A partir da pesquisa prévia desenvolvida no âmbito do projeto CRiCity⁴, foi possível determinar que a classe social constitui uma variável relevante na compreensão da fruição dos espaços públicos pelas crianças.

O confinamento e seguintes restrições impostas pela pandemia COVID-19 vieram colocar novos desafios aos usos dos espaços públicos. As crianças ficaram mais fechadas nos espaços domésticos. Os parques públicos foram encerrados e os chamados “passeios higiénicos” serviram apenas para respirar um pouco de ar fresco durante curtos períodos de tempo, em que as crianças não estiveram autorizadas a usufruir do espaço público para a brincadeira.

O confinamento teve como consequência um grande aumento do tempo dedicado a jogar videojogos e online (SICAD, 2020). O impacto do crescimento do tempo gasto *indoor* tem vindo a ser analisado e refletido ultimamente em algumas publicações académicas e não académicas (Kyriazis *et al*, 2020; Russel & Stenning, 2020; Nações Unidas, 2020). As transformações nos usos do tempo e do espaço pelas crianças estão a ser alvo

4 Este trabalho insere-se no projeto CRiCity e é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P, no âmbito do projeto PTDC/SOC-SOC/30415/2017.

de análise e parece certo que haverá marcas que poderão permanecer durante períodos ainda por determinar. Se o confinamento implicou a reclusão das crianças em casa, com o desconfinamento sabemos que muitas limitações permaneceram. Esta pesquisa pretende reunir e analisar dados pertinentes para compreendermos a reconfiguração dos usos dos espaços públicos pelas crianças nos tempos complexos que vivemos.

A pandemia veio expor e agravar as contradições e as desigualdades sociais das sociedades neoliberais com os grupos mais vulneráveis a serem particularmente afetados. De entre estes grupos destacam-se as crianças com deficiência e as que vivem em contextos socioeconómicos mais desprivilegiados (United Nations, 2020; Biglieri, Vidovich & Keil, 2020; Berkovitz, Gao, Michaels & Mujahid, 2020). Neste sentido, urge reflexões desenhadas a partir de investigações concretas sobre as transformações nos usos dos espaços públicos e nas práticas das crianças nas cidades, particularmente depois da disseminação da pandemia a uma escala global. Incluir as crianças na cidade, ouvindo-as sobre os espaços em que vivem, deverá constituir uma prioridade nos vários campos da sociedade nos tempos vindouros. Envolver as crianças no planeamento urbano, incluindo os grupos mais vulneráveis, passa pelo estabelecimento de um processo aberto de comunicação com os municípios (Melik & Althuisen, 2020). Muito há ainda a fazer para ouvirmos as crianças e lhes darmos o espaço e protagonismo que sempre deveriam ter sido seus. Este texto é apenas um pequenino passo no longo caminho a percorrer.

Notas sobre a abordagem metodológica

A investigação a partir da qual elaboramos a reflexão aqui partilhada, centra-se na resposta a um dos objetivos do projeto CRiCity, em particular no que diz respeito à necessidade de aprofundar o conhecimento sobre os usos dos parques públicos urbanos pelas crianças.

Os resultados que apresentamos a seguir decorrem de um estudo de cariz etnográfico desenvolvido em dois parques públicos da cidade do

Porto na primavera e verão de 2019 e entre junho e final de outubro de 2020. Elaboramos a nossa análise principalmente a partir da pesquisa realizada no período a seguir ao confinamento devido à COVID-19. No decurso do referido período, realizámos observação (com recurso a um guião de tópicos, a uma grelha de observação e fazendo registo em diário de campo) e entrevistas aos adultos que acompanhavam as crianças nos parques.

A escolha da metodologia etnográfica decorreu da preocupação de despoletar um processo de conhecimento “de perto e de dentro” mas também “de longe e de fora” (Magnani, 2002), nomeadamente das “racionalidades locais” e da “compreensão que os sujeitos fazem da vida” (Silva, 2010: 69). Por outro lado, a partir desse conhecimento em contexto, a etnografia urbana permitia promover a participação das crianças na investigação enquanto atores sociais de pleno direito. Nesse sentido, a observação (participante e não participante) e as atividades desenvolvidas com as crianças assumiram um papel determinante na investigação, por possibilitarem aceder às suas “culturas de comunicação” (Christensen, 2004), conhecer as práticas das crianças e os seus usos dos espaços públicos, bem como compreender a pluralidade de sentidos que lhes atribuem.

A investigação sobre e com crianças assume especificidades metodológicas e éticas (Christensen, 2004). Torna-se indispensável considerar as implicações das relações de poder entre crianças e adultos, particularmente na invisibilidade epistemológica das crianças na pesquisa (Fernandes, 2016). Os objetivos do estudo, os seus pressupostos científicos e o seu enquadramento institucional foram partilhados com os atores entrevistados, proporcionando uma adequada moldura para o seu consentimento devidamente informado.

Os espaços da pesquisa: dois parques públicos com características sócio-espaciais distintas

O trabalho de campo desenrolou-se nos parques urbanos do Covelo e da Pasteleira e durante o período pós-confinamento (de junho a outubro de 2020).

O Parque do Covelo situa-se numa área central da cidade, com elevada densidade populacional e escassos espaços verdes nas proximidades. Esta zona urbana é habitada sobretudo por famílias das classes médias que, em boa parte, frequentam este parque. O Parque da Pasteleira está localizado na periferia da cidade, numa área em que convivem bairros de habitação social com bairros habitados pelas camadas da burguesia. Este parque, ao contrário do Parque do Covelo, apresenta uma menor diversidade do ponto de vista da pertença classista dos seus frequentadores, sendo a burguesia e a classe média estabelecida as menos representadas.

Durante o trabalho etnográfico desenvolvido neste período, foram observadas, de forma sistemática e aprofundada, um total de 107 crianças, com recurso ao mesmo guião de tópicos e grelha de observação utilizadas antes do surto de COVID-19. Foram observadas 58 crianças no Parque do Covelo e 49 no Parque da Pasteleira, com idades entre os 2 e os 12 anos. Destas, apenas duas crianças eram afrodescendentes e outras duas eram de etnia cigana, apesar de residirem nos bairros circundantes muitas famílias ciganas. Este dado é congruente com estudos prévios onde se reporta uma menor representação de determinados grupos sociais no espaço público, em particular grupos pertencentes a minorias étnicas, pelo facto de não sentirem como seus, os espaços concebidos e construídos para a classe média (Levertt, 2011).

Distinguimos dois momentos do trabalho de campo desenvolvido neste período: um primeiro momento, entre junho e meados de setembro de 2020, em que apesar da diminuição no número de utilizadores, principalmente numa fase inicial, os usos e práticas nos espaços eram, aparentemente, próximos aos existentes antes da pandemia; e um segundo momento, entre meados de setembro e finais de outubro de 2020, em que os usos e a apropriação do espaço sofrem reconfigurações consideráveis que nos levam a problematizar a dimensão de espaço público destes parques.

Os parques no período inicial de “desconfinamento”: indícios da sua reconfiguração

Logo a partir de junho de 2020, depois do confinamento, os parques do Porto foram reabertos ao público. As primeiras observações indicaram algumas mudanças:

“Chego ao Parque do Covelo por volta das 15h. [...]. Olhei para o lado direito e vi o recinto do parque infantil. Aproximei-me e rapidamente um dos vigilantes, de forma simpática, me diz que tenho de usar máscara para entrar. De facto, isso estava escrito num cartaz à entrada do parque, mas eu ainda não tinha tido tempo de o ler. Coloquei a máscara e entrei no parque infantil.” (Diário de campo, JR, 22.06.2020)

Na realidade, a grande maioria das pessoas colocava a máscara apenas para transpor o portão de acesso ao parque infantil e, de seguida, tirava-a, colocava-a ao pescoço ou na zona do queixo. Nenhuma criança, independentemente da sua idade, usava máscara.

No Parque da Pasteleira a única referência ao COVID-19 reduzia-se a um papel colado num dos equipamentos do parque infantil, que proibia o seu uso. Mais tarde, após algumas conversas informais com o vigilante, percebemos que os restantes equipamentos continham a mesma informação e que o parque infantil estava inclusivamente vedado com fitas. Com o passar do tempo, tanto a fita como os papéis caíram ou foram retirados e nunca foram substituídos:

“Cheguei ao Parque da Pasteleira por volta das 16.30h. Dirigi-me à entrada do parque e a primeira diferença que notei em relação ao parque do Covelo foi que não tinha qualquer cartaz com indicações relativas ao COVID-19, nem menção à obrigatoriedade do uso de máscara. Pensei que eventualmente estas indicações estariam junto às duas áreas que constituem o parque infantil, mas isso não aconteceu.” (Diário de campo, JR, 23.06.2020)

Neste período, foi ainda possível constatar, de forma muito evidente, que o uso dos parques por parte das crianças e das suas famílias tinha decrescido substancialmente, particularmente no parque do Covelo, o qual era frequentado por um grande número de pessoas antes da pandemia, tal como se pode ler no seguinte excerto do diário de campo:

“No parque não estava muita gente, não sei se devido ao calor que fazia neste dia, ao receio relativamente à COVID por parte dos pais ou ao facto de as crianças em idade escolar estarem ainda a ter aulas (via internet e TV).” (Diário de campo, JR, 22.06.2020)

Paulatinamente, entre junho e o início de setembro, com a redução do número de casos de COVID-19, as famílias começaram a regressar aos parques e, em meados de julho, o número de utilizadores era já próximo ao verificado antes da pandemia.

A partir do trabalho de campo realizado até julho, foi possível verificar que as crianças continuavam a ocupar, quase exclusivamente, a área do parque infantil para brincar e, em particular, os equipamentos, tal como faziam antes do surto de COVID-19. Assim, nesta altura era difícil perceber as alterações nos usos do espaço por parte das crianças, para além dos cartazes com referência ao COVID-19, do uso (diminuto) de máscara por parte de alguns adultos e de algumas práticas de higienização das mãos com álcool-gel.

Todavia, uma observação mais sistemática da interação entre crianças e entre estas e os adultos, evidenciou que o número de crianças que brincava com outras fora do seu grupo tinha diminuído substancialmente:

“Apercebi-me ao longo destas horas no parque, que os adultos estavam nos seus grupinhos e não interagiam uns com os outros. No caso das crianças, a maioria também não brinca com crianças de outros grupos.” (Diário de campo, 22.07.2020)

As observações realizadas no período pós-confinamento remeteram-nos para uma intensificação

do controlo e isolamento das crianças por parte dos adultos, sob pretexto do vírus SARS-CoV-2. Ainda assim, um número significativo de crianças continuou a interagir com outras fora do seu grupo. Estas interações ocorrem principalmente quando as crianças se encontram na área do parque infantil e em particular nos equipamentos (aos quais os adultos não têm tanto acesso) e entre as crianças com menor idade. Com efeito, no Parque do Covelo, o parquinho do bar, e em especial a caixa de areia, mais frequentados pelas crianças mais novas, são pontos onde se tornou evidente esta interação com crianças fora do seu grupo e a partilha de brinquedos, como o balde de praia ou a pá:

“[A criança] vai para a caixa de areia e rapidamente começa a brincar com um menino da mesma idade e uma menina de cerca de 7 ou 8 anos e com a mãe destes. [...] Uma outra menina, de aproximadamente 4 ou 5 anos, está inicialmente com a mãe na esplanada. Rapidamente a abandona e junta-se a outras crianças que estão na areia. Com todo o “à vontade”, começa a brincar com as crianças que lá estão e a apropriar-se dos seus brinquedos (baldinhos de praia, formas e pás). [...] Parece-me que este é o local onde as crianças que não se conhecem, mais interagem entre si e partilham brinquedos.” (Diário de campo, JR, 03.07.2020)

Um resultado interessante das observações realizadas foi verificar que a interação intergrupos aconteceu com maior frequência no Parque da Pasteleira do que no Parque do Covelo. Uma das razões justificativas poderá estar relacionada com o facto de este parque ser frequentado por um número maior de famílias e crianças das classes populares. Tal como referido no início deste texto, vários estudos têm evidenciado que as crianças com origens sociais populares usufruem dos espaços públicos de forma mais livre (Karsten, 2005; Pinto & Bichara, 2017; Araújo, 2019) do que as crianças de famílias das classes médias, que tendem a estar mais sujeitas ao controlo dos adultos (Leverett, 2011, Sarmiento, 2018).

Tanto no Parque do Covelo como no Parque da Pasteleira. A supervisão e o controlo dos adultos

está muito presente e restringe a autonomia e liberdade das crianças. Não obstante, estes “lugares para as crianças” (Rasmussen, 2014) ainda são os espaços em que estas experienciam alguma liberdade dentro da cidade, especialmente neste contexto de pandemia.

A intensificação das restrições à sociabilidade urbana

Os espaços públicos, e neste caso os parques urbanos, são “lugares de encontro” (Tonucci, 2009: 149) e de sociabilidade urbana (Frúgoli, 2007) entre pessoas de diferentes gerações, origens socioeconómicas e culturais. Nessa medida, constituem-se, com frequência, como espaços privilegiados de sociabilidades intergeracionais, interculturais e interclassistas.

A partir de meados de setembro e durante o mês de outubro, com o agravamento da pandemia, os usos e práticas das crianças nos parques urbanos sofrem transformações muito significativas e evidentes. A maioria dos adultos e muitas crianças, principalmente com idades acima dos 6 anos, passam a usar máscara de forma permanente. E isto acontece mesmo em áreas dos parques em que o número de frequentadores é reduzido.

“Ver adultos e, em especial, crianças em espaços ao ar livre, que deveriam ser espaços de liberdade, a usar máscara pareceu-me muito estranho. O último reduto de liberdade está a desaparecer.” (Diário de campo, JR, 07.10.2020)

É igualmente notório que os parques, em especial o Parque do Covelo, sofrem mais uma vez uma queda do número de frequentadores, desta vez abrupta e muito substantiva. O regresso dos adultos ao trabalho e das crianças à escola ou ao jardim-de-infância tem um papel importante neste decréscimo. Todavia, mesmo fora do horário de aulas e nos fins-de-semana, o número de frequentadores é menor, tal como registado no diário de campo, em diferentes momentos de observação:

“O parque [do Covelo] está praticamente deserto. Vêm-se só algumas crianças e adultos no escorega, na área do bar ou a passear pelo parque. Nunca o tinha visto assim. É como se as crianças e famílias voltassem a estar confinadas, agora por sua iniciativa.” (Diário de campo, JR, 13.10.2020)

Em contrapartida, o Parque da Pasteleira ganha mais frequentadores, especialmente ao fim de semana. Por um lado, considera-se que os espaços residenciais diminutos em que vivem muitas das famílias dos bairros circundantes poderá ter levado a uma alteração nos hábitos de sociabilidade de alguns, preferindo o espaço ao ar livre para conviver. Por outro, trata-se de um parque com menor afluência de pessoas e com áreas mais amplas. Estas características permitem aos seus utilizadores usufruírem de um espaço que garante o distanciamento social, reduzindo-se a probabilidade de contágio. De facto, alguns pais entrevistados no Parque da Pasteleira partilharam que habitualmente não frequentavam este parque, mas antes o Parque do Covelo ou o Parque da Cidade. Segundo os seus testemunhos, passaram a frequentá-lo pelo facto de o considerarem mais seguro do ponto de vista sanitário. Portanto, a pandemia conduz a alterações nos usos dos parques pelas famílias e crianças e, enquanto alguns parques se esvaziam, outros, ganham utilizadores e diversificam os seus públicos.

Nesta fase, as crianças e as famílias passaram a ocupar, com muito maior frequência, espaços do parque que anteriormente não utilizavam (em particular espaços com um menor número de pessoas e áreas mais amplas), em detrimento da área do parque infantil e, em particular, dos equipamentos. Uma das mães entrevistadas enquanto acompanhava os três filhos no relvado junto à entrada sul do parque da Pasteleira disse:

“Tento evitar que eles vão para o parque infantil e partilhem brinquedos com outras crianças. Por isso vim para aqui. Também não costumava vir para este parque. Ia mais para o Parque da Cidade ou para o Parque do Covelo, mas agora o parque da cidade está à pinha” (Mãe, Parque da Pasteleira, 24.09.2020).

Este dado é relevante do ponto de vista da análise dos usos e práticas das crianças, uma vez que, de certa forma, as mesmas são obrigadas a olhar para outros espaços, passando a explorá-los. Iguamente, é necessário considerar as implicações desta mudança na interação com outras crianças e com os adultos. Se com a pandemia, e sobretudo nesta fase de intensificação dos contágios, a maioria dos adultos procura que as crianças brinquem sozinhas ou exclusivamente dentro do seu grupo, a exploração destes novos espaços dentro do parque, promove um maior envolvimento dos adultos na brincadeira.

Nas entrevistas realizadas, os adultos passam a referir com grande frequência, além da necessidade de higienização das mãos, o distanciamento social e a não partilha de brinquedos, que na fase imediatamente a seguir ao desconfinamento, não eram muito mencionados. “Não a deixo brincar nos equipamentos porque não sei se são desinfetados”, “tento evitar que eles brinquem com outras crianças” ou “não deixo partilhar brinquedos”, são algumas afirmações dos pais e avós em contexto de entrevista. É o caso desta avó que se encontra com o seu neto de 8 anos no Parque da Pasteleira:

“Tanto eu como ele sentimos alguma insegurança por causa do vírus. Eu até lhe digo: ‘Se vires muitas crianças juntas, afasta-te’. Noutra altura, eu não diria isto, mas agora temos de ter muito cuidado” (Avó, Parque da Pasteleira, 16.10.2020)

A hiperproteção e o controlo das crianças por parte dos pais e avós ficaram progressivamente visíveis ao longo do trabalho de campo: os adultos não permitem que as crianças se afastem de si, estabelecem limitações claras relativas a onde e com quem brincam, impõem medidas como a higienização das mãos, o distanciamento social e o uso de máscara em espaços ao ar livre. Uma jovem e o sobrinho de 7 anos estão no parque; usam máscara facial. Durante a entrevista com a tia, a criança farta-se de correr. Suando visivelmente, o sobrinho aproxima-se e pergunta à tia se pode tirar a máscara; ela responde:

“‘A tua mãe não deixa. Tu sabes.’ E, voltando-se para mim justifica: “A mãe dele não quer. Não posso deixar. Eu compreendo. Eu própria sinto-me mais segura com máscara” (Diário de campo, JR, Parque do Covelo, 16.10.2020)

Em tempos de pandemia derivada da COVID-19, por razões sanitárias e eventualmente securitárias, o controlo parental aumenta e a liberdade das crianças fica ainda mais limitada nos espaços públicos. Tanto através das observações, como das entrevistas aos adultos, torna-se evidente que um grupo substancial de crianças é impedido de brincar nos seus espaços favoritos (o parque infantil e os equipamentos), de interagir e brincar com outras crianças e adultos que não pertencem ao seu grupo e de partilhar os seus brinquedos.

As palavras de Tonucci (2009) a propósito da cidade fazem todo o sentido para caracterizar os parques em tempos de pandemia:

“[...] a criança não pode viver experiências fundamentais para o seu desenvolvimento, como: a aventura, a busca, a descoberta, o risco, a superação dos obstáculos e, portanto, a satisfação, a emoção. Não pode brincar. Estas experiências necessitam de condições fundamentais que desapareceram: o tempo livre e um espaço público partilhado” (p. 151).

O tempo livre desaparece à medida que o controlo das crianças por parte dos pais se torna omnipresente; são eles que permanentemente decidem onde, com quem e como pode a criança brincar. O espaço deixa de ser partilhado quando o contacto com os pares, conhecidos e desconhecidos, é cada vez mais restringido e até impedido.

Reflexões finais - No meio da pandemia, do parque ao “quintal alternativo”

Consideramos que os parques urbanos continuam a cumprir uma função importante enquanto espaços de sociabilidades interculturais, interclassistas e intergeracionais, dimensões fundamentais na sua definição enquanto espaços públicos. Contudo,

sabemos que determinados grupos sociais (em particular pertencentes às classes populares e a minorias étnicas), se encontram muitas vezes ausentes destes espaços públicos. Já antes da pandemia se verificava uma especialização dos espaços dos parques investigados, com as crianças a ocuparem quase exclusivamente as zonas de parque infantil. Estas características mantiveram-se e acentuaram-se no período de pandemia. Adicionalmente, pudemos também registar uma tendência crescente de exercício de um maior controlo dos pais e outros cuidadores sobre as crianças.

A pandemia veio transformar as práticas nestes espaços, reconfigurando as dinâmicas de sociabilidade. A partir da triangulação dos dados das entrevistas e das observações, verificaram-se incongruências e contradições significativas. Mesmo quando em situação de entrevista, os pais afirmavam que as práticas mantidas nos parques eram similares às do período pré-pandémico, a verdade é que observámos que o ambiente social e as práticas concretas nos parques em questão, configuraram-se de forma distinta na pandemia. O uso de máscara, a higienização das mãos das crianças, a escolha de outras áreas que não o parque infantil para as crianças brincarem são sintomáticos das transformações em curso e estas vão adquirindo intensidade à medida que o número de contágios aumenta. O controlo dos pais torna-se cada vez mais presente e mais restritivo e o direito das crianças ao espaço público e à cidade é colocado em cheque. Deste modo, as práticas e sociabilidades nos parques estão a sofrer transformações que os restringem significativamente enquanto espaços de sociabilidades interculturais, interclassistas e intergeracionais, isto é, estão em curso processos complexos que colocam em questão as anteriores características destes espaços públicos. Nestes tempos de pandemia, os parques tornam-se progressivamente um “quintal alternativo”, onde as crianças só brincam e convivem com um grupo muito selecionado de indivíduos. Explorar estas pistas afigura-se como um desafio para a investigação sociológica futura.

De modo a assegurarmos o direito das crianças à cidade, é urgente repensarmos a cidade e a organização do espaço urbano a partir de lições

que podemos (e devemos) retirar do atual contexto de pandemia, tal como a importância dos espaços públicos, especialmente ao ar livre, que podem possibilitar o usufruto e a mobilidade independente de crianças e adultos. Mas para isso não basta apenas que as crianças frequentem os parques. É necessário deixá-las brincar e explorar o espaço de acordo com as suas próprias coordenadas. Será que o risco não valerá a pena quando sabemos que a brincadeira ao ar livre é de importância capital para desenvolvimento na infância?

Se queremos construir cidades mais inclusivas, as crianças devem poder usar os espaços públicos e simultaneamente ser ouvidas nos processos de planeamento urbano. Nesse sentido, precisamos de conhecer melhor as práticas e as representações das crianças. A sociologia e outras ciências sociais podem dar contributos decisivos para compreender as condições socioeconómicas e culturais em que elas vivem, as suas práticas, as suas necessidades sociais e as suas representações. A partir deste conhecimento será possível elaborar recomendações concretas para o desenho de políticas públicas.

É necessário promover a participação ativa das crianças na cidade, assegurando-lhes o seu direito a brincar, a usar os espaços urbanos de forma autónoma, garantindo igualdade de oportunidades para crianças com diferentes origens sociais e a sua participação efetiva nos processos de definição das políticas públicas à escala urbana (por exemplo, como protagonistas em processos de desenho de espaços públicos urbanos concretos, para além dos espaços especializados que lhes são destinados). A criação de canais de comunicação direta com as Câmaras Municipais, envolvendo as escolas e outras instituições locais, poderá ser um caminho promissor. Apoiar a investigação e a intervenção social neste domínio, impõe-se como um imperativo para repensarmos a cidade e as crianças nos tempos difíceis que virão.

Referências

- Berkowitz, R. L., Gao, X., Michaels, E. K. & Mujahid, M. S. (2020). Structurally vulnerable neighbourhood environments and racial/ethnic COVID-19 inequities. *Cities & Health*. <https://doi.org/10.1080/23748834.2020.1792069>
- Biglieri, S., Vidovich, L. & Keil, R. (2020). City as the core of contagion? Repositioning COVID-19 at the social and spatial periphery of urban society. *Cities & Health*. <https://doi.org/10.1080/23748834.2020.1788320>
- Fernandes, L. (2003). A imagem predatória da cidade. In G. Í. Cordeiro, L.V. Baptista & A. F. da Costa (Orgs), *Etnografias urbanas*. Celta Editora.
- Fernandes, N. (2016). Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. *Revista Brasileira de Educação*, 21(66), 759-779. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216639>
- Ferro, L. (2015). Jump Lisbon! Notes from an Ethnography of Urban Flows in *Portuguese Journal of Social Science*, 14(2), 177-192. https://doi.org/10.1386/pjss.14.2.177_1
- Frúgoli Jr, H. (2007). *Sociabilidade Urbana*, Jorge Zahar Editores.
- Karsten, L. (2005). It all used to be better? Different generations on continuity and change in urban children's daily use of space. *Children's Geographies* 3(3), 275-290. <https://doi.org/10.1080/147332805000352912>
- Kyriazis, A., Mews, G., Belpaire, E., Aerts, J. & Malik, S. A. (2020). Physical distancing, children and urban health. *Cities & Health*, 1-6. <https://doi.org/10.1080/23748834.2020.1809787>
- Lefebvre, H. (1968). *Le Droit a la Ville*. Anthropos.
- Leverett, S. (2011). Children's spaces. In P. Foley and S. Leverett (Eds), *Children and young people's spaces* (pp. 9-24). The Open University.
- Magnani, J. G. C. (2002). De perto e de dentro: Notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 17(49), 11-29. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>
- Melik, R. V. & Althuizen, N. (2020). Inclusive play policies: Disabled children and their access to dutch playgrounds. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 1-14. <https://doi.org/10.1111/tesg.12457>
- Mould, O. (2009). Parkour, the city, the event. *Society and Space* 27(4), 738 - 750. <https://doi.org/10.1068/d11108>
- Neto, C. (2020). *Libertem as crianças. A urgência de brincar e ser ativo*. Contraponto Editores.
- O'Brien, C., & Tranter, P. (2006, October 23-25). *Planning for and with children and youth: insights from children about happiness, well-being and walking* [Conference paper]. The 7th International Conference on Walking and Liveable Communities, Melbourne, Australia.
- Rasmussen, K. (2004). Places for children - Children's places. *Childhood: a global journal of Child Research* 11(2), 155-174. <https://doi.org/10.1177/0907568204043053>
- Roulléau-Berger, L. (2004). *La rue, miroir des peurs et des solidarités*. Presses Universitaires de France.
- Russel, W. & Stenning, A. (2020). Beyond active travel: children, play and community on streets during and after the coronavirus lockdown. *Cities & Health*, 1-4 <https://doi.org/10.1080/23748834.2020.1795386>
- Sarmiento, M. (2018). Infância e cidade: Restrições e possibilidade. *Educação* 41(2), 232-240. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.2.31317>
- Saville, S. J. (2008). Playing with fear: Parkour and the mobility of emotion. *Social & Cultural Geography* 9(8), 891-914. <https://doi.org/10.1080/14649360802441440>
- Shaw, B., Bicket, M., Elliott, B., Fagan-Watson, B., Mocca, E., Hillman, M. & Fagan-Watson, B. (2015). *Children's Independent Mobility: An international comparison and recommendations for action*. London Policy Studies Institute. <https://westminsterresearch.westminster.ac.uk/item/98xyq/children-s-independent-mobility-an-international-comparison-and-recommendations-for-action>
- SICAD. (2020). *Comportamentos aditivos em tempos de COVID-19: internet e videojogos*. [http://www.sicad.pt/BK/EstatisticalInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/210/comportamentos aditivos em tempos de COVID-Internet e Videojogos.pdf](http://www.sicad.pt/BK/EstatisticalInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/210/comportamentos%20aditivos%20em%20tempos%20de%20COVID-Internet%20e%20Videojogos.pdf)
- Silva, S. M. (2012). *Da Casa da Juventude aos confins do mundo. Etnografia de fragilidades, medos e estratégias juvenis*. Porto: Edições Afrontamento
- Tonucci, F. (1991). *La ciudad de los niños: un modo nuevo de pensar la ciudad*. Fund. German Sanchez Ruiperez.
- United Nations (2020). *Policy brief: the impact of COVID-19 on children*. <https://unsdg.un.org/resources/policy-brief-impact-covid-19-children>